

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar e da geração de renda localⁱ

Antônio Carlos Estender

Doutor em Engenharia de Produção pela Unip

Professor da Fatec Guarulhos

E-mail: estender@uol.com.br

Oduvaldo Vendrametto

Doutor em Engenharia pela USP

E-mail: oduvaldov@gmail.com

Luciana de Melo Costa

Mestra em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Unifesp

E-mail: lueduciat@yahoo.com.br

Nilza Aparecida dos Santos

Doutor em Engenharia de Produção pela Unip

Fatec São Bernardo do Campo

E-mail: nilza.santos@uol.com.br

Recebido: 07 jun. 2023

Aprovado: 29 out. 2023

Resumo: Este artigo objetiva avaliar como a alimentação escolar contribui com a economia local, na cidade de Itanhaém, agregando renda aos agricultores familiares e à comunidade, trazendo retornos sociais ao município com o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este estudo de caso é uma pesquisa-ação, com entrevistas de natureza qualitativa e exploratória, além da coleta de dados efetuada por meio de observações e convivência.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Desenvolvimento Econômico. Produção de Alimentos. Renda.

Abstract: This objective article evaluates how school meals contribute to the local economy in the city of Itanhaém, adding income to farmers and the community, bringing social returns to the municipality with the support of the National School Feeding Program. This case study is an action research, with interviews of a qualitative and exploratory nature, in addition to data collection carried out through observations and coexistence.

Keywords: School feeding. Economic Development. Food Production; Income.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo evaluar cómo las comidas escolares contribuyen a la economía local en la ciudad de Itanhaém, agregando ingresos a los agricultores familiares y a la comunidad, trayendo retornos sociales al municipio, con el apoyo del Programa Nacional de Alimentación Escolar. Este estudio de caso es una investigación acción, con entrevistas de carácter cualitativo y exploratorio, además de la recolección de datos realizada a través de observaciones y convivencia.

Palabras clave: Alimentación escolar; Desarrollo económico; Producción de alimentos; Ingresos.

1. Introdução

A alimentação escolar quando realizada com o estímulo à agricultura familiar tende a fomentar as economias locais, possibilitando a diversificação produtiva e o aumento de renda dos agricultores familiares, pois o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que dentre suas competências deve também estimular as economias locais, possibilita a diversificação produtiva e o aumento de renda dos agricultores familiares, oferecendo mais e melhores alternativas de comercialização e valorização do agricultor local (FNDE, 2017). O programa traz mais alternativas de comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, fazendo com que a geração de renda seja favorecida, causando maiores impactos nas cidades de pequeno e médio porte, ao mesmo tempo em que promove a cidadania e segurança alimentar, incentivando a educação nas comunidades por meio de um sistema amplo de alimentação em escolas públicas (Lopes, Diniz, 2018).

A efetividade da alimentação escolar será expressiva quanto maior for o envolvimento da comunidade no sistema de produção de alimentos e maior será a contribuição para microeconomia, visando à configuração da oferta de alimentos, gerando, paralelamente à justiça social, a vantagem da sustentabilidade, com impacto no meio ambiente e na qualidade de vida dos moradores da comunidade. O objetivo deste artigo é avaliar como o Programa de alimentação escolar (PNAE) contribui com a economia local, agregando renda aos agricultores familiares e à comunidade, trazendo retornos sociais para o município. O Brasil tem sido exemplo em relação aos programas de alimentação escolar devido a sua efetividade no campo da geração de renda e da melhoria da alimentação escolar, estimulada pela lei 11.947 que prevê que no mínimo 30% dos recursos do PNAE sejam investidos no município por meio das compras públicas de alimentos da cadeia curta de produção, que devem considerar as questões sociais, econômicas e ambientais. Conhecer as cadeias curtas de produção, mapear os agentes econômicos formadores dos elos de produção e comercialização, bem como, analisar os ambientes institucionais e comerciais, que influenciam a performance das cadeias curtas de produção, é um fator fundamental para criar uma rede de produção e consumo local (Bagdonis, 2007).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um instrumento vigoroso para a redução da desigualdade econômica e social, pois promove o triplo requisito legal: i) respeito à vocação agrícola e aos hábitos alimentares regionais; ii) compras nos limites geográficos regionais; e iii) uso de produtos frescos, consolidando a cadeia curta real em torno dos produtos locais, além disso é uma ferramenta que agrega valor aos produtores. O PNAE tem se fortalecido no país e seu propósito é reconhecer e valorizar a produção local, se consolidando como uma ferramenta de grande importância para a microeconomia, garantindo uma oferta de produtos de forma estável, observando sempre a época de colheita para a construção de um cardápio saudável. O uso crescente de alimentos de alta qualidade e ricos em fibras, o fortalecimento da microeconomia para produção de alimentos e a entrega de alimentos são uma busca sistemática por garantir o fomento da agricultura familiar e a geração de renda (Triches, 2010).

2. Metodologia

Para a investigação dessa temática, empregou-se o estudo de caso e documental com abordagem qualitativa. Foram utilizados dados bibliográficos, documentos oficiais e legislações para contextualizar o panorama da alimentação escolar e as compras governamentais relativas ao PNAE. Segundo Yin (2014), o estudo de caso pode ser utilizado na investigação dos fenômenos da realidade, abrangendo conhecimentos teóricos e incluindo abordagens específicas relacionadas à coleta e aos dados. A principal fonte de dados da pesquisa é o ambiente natural onde foi realizada, que consistiu na observação de fatos e fenômenos da maneira que ocorrem, espontaneamente, na coleta e no registro de dados.

A primeira etapa da pesquisa foi uma análise da literatura para selecionar as medidas a serem estudadas a fim de entender como os produtores da região incrementam a produção de alimentos com o auxílio do PNAE. A segunda etapa da pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares, afiliados à Associação de Agricultores do Município de Itanhaém – SP, que realizam a entrega de gêneros alimentícios para a prefeitura e associações vinculadas ao PNAE.

A realização das entrevistas semiestruturadas aconteceu entre junho de 2020 e junho de 2021 com 04 representantes públicos locais e 06 agricultores. Ademais, ressalta-se que foram ainda realizadas visitas técnicas in loco na feira do produtor, sítios, associações e na prefeitura para que se pudesse conhecer melhor a realidade local.

A coleta de dados foi realizada no Banco de Alimentos de Itanhaém, com o propósito de avaliar como os recursos empregados na alimentação escolar podem contribuir com a economia local. Os dados coletados foram compilados e partir daí foi possível estruturar e entender o modelo de geração de renda dos agricultores.

A pesquisa baseia-se na percepção do pesquisador e dos entrevistados envolvidos com a alimentação escolar e o que emergiu dos seus discursos. Identificou-se que, de modo geral, o discurso proferido pelos entrevistados corrobora com a proposta para as compras no município da alimentação escolar, proporcionando o fortalecimento da economia local dos municípios. A compra governamental para a alimentação escolar justifica-se pelo fato de fomentar a economia local de forma eficiente, entregando resultados positivos aos municípios envolvidos.

3. Referências

3.1 Alimentação Escolar

A alimentação escolar tem sido adotada em vários países ao redor do mundo, especialmente em países em desenvolvimento para promover a segurança alimentar e a geração de renda, prevenir a fome Pollitt; Gersovitz; Gargiulo (2017). Para a implementação local da alimentação escolar é necessário observar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, autarquia criada pela Lei Federal nº 5.537, de 1968, que é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação – (MEC), tendo como missão prestar assistência técnica e financeira aos estados e municípios, como forma de contribuir para a implementação de parte das ações educacionais. Souza, Santos, Machado (2022). A questão do volume é importante para garantir a eficácia das operações, atender à demanda por alimentos e refeições e, ao mesmo tempo, produzir ao menor custo possível.

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar...

Entretanto, nem sempre é possível oferecer todos os produtos que as escolas necessitam através da agricultura familiar. De qualquer modo, a partir de 2009 ficou decidido que a inclusão de produtos da alimentação escolar por meio da agricultura familiar passava a ser obrigatória nos municípios e oferecidos nos cardápios da alimentação escolar. Brasil (2009)

Em relação ao cardápio é necessário que se tenha um nutricionista cadastrado no PNAE, esse cardápio deverá respeitar a cultura alimentar local, especificar a variedade e quantidade produzidas. A alimentação escolar, por sua vez, pode afetar a aprendizagem por meio do aumento da frequência, do desenvolvimento do processo cognitivo e do desempenho escolar (Belik; Souza, 2009).

No tocante aos gastos com alimentação pelos municípios, a lei de nº 11947 decidiu que no mínimo 30% das despesas de alimentação escolar devem ocorrer sem intermediários e com a dispensa de processos licitatórios, Lei de Licitações nº 8.666/93, esse montante pode chegar até 100% da linha crédito do FNDE. Dessa forma, deixar mais claro o processo de licitação de venda de produtos para a alimentação escolar é vital para a inserção dos agricultores familiares no mercado institucional e também para melhorar as oportunidades de comercialização dos produtos para alimentação escolar.

Assim, o poder público deve estar em consonância com os programas de alimentação escolar indo ao encontro das políticas públicas que beneficiem os produtos do município. Esse movimento promoverá a divulgação dos editais das chamadas públicas, estabelecendo que os preços e os produtos a serem adquiridos da agricultura familiar sejam aqueles definidos em reunião e publicados na chamada pública, definindo, assim, o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização com o PNAE. Essa decisão entregará uma alimentação mais saudável aos alunos, além de fortalecer a economia local, pois o agricultor terá uma renda fixa garantida (Glewwe, 2005).

Considerando a importância da alimentação escolar e seus impactos na economia local, tendo em vista a segurança alimentar, busca-se fomentar as relações de consumo pautadas na solidariedade e responsabilidade. Tem-se segurança alimentar quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às necessidades e preferências alimentares de uma vida ativa e saudável (Triches, Schneider, 2010).

Os programas combinados de compras governamentais com vistas ao fortalecimento da economia local, por meio da alimentação escolar, melhoram as condições de vida da comunidade e a qualidade da alimentação servida. Observa-se uma importante ampliação do PNAE, nos últimos anos, tanto em termos de recursos financeiros e cobertura nos municípios, quanto na política pública na compra de produtos para a alimentação.

3.2 Geração de renda

Os efeitos econômicos, sociais e de desenvolvimento local, com a alimentação escolar influenciam o desempenho da economia local, constata-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como programa da “merenda escolar”, auxilia na capilaridade econômica dos municípios, pois a quantia recebida pelos agricultores reverberará também no comércio local e no aumento da arrecadação de impostos do município.

O PNAE como fomentador da renda dos agricultores familiares nos municípios causa impacto positivo na qualidade de vida, além de gerar benefícios na renda familiar e comunitária em geral, pois o programa prioriza a produção local, Pollitt; Gersovitz; Gargiulo (2017), fomentando a construção do mecanismo de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e sendo um projeto sistemático e holístico apoia os pequenos agricultores pela aquisição de produtos frescos e de qualidade produzidos na agricultura familiar, o que significa uma melhora na qualidade de vida dessa parcela da população, que passa a poder fazer planos para o futuro, pela garantia da aquisição por meio das compras públicas, fornecendo alimentos com mais qualidade, quantidade e variedade (Humphrey, Schmitz, 2008).

O modelo, utilizado por algumas escolas, permite a autogestão da alimentação escolar, gerindo o processo de aquisição de produtos alimentícios e gerando demanda para os produtores locais, contribuindo para fomentar a agricultura familiar local, com a aquisição de produtos in natura. O fornecimento de produtos provenientes da agricultura familiar, por parte dos agricultores, os ajuda a ter uma renda complementar. Para participar do programa de alimentação escolar é necessário que o agricultor esteja cadastrado no FNDE, o que não o impede de vender seus produtos fora do programa da alimentação escolar.

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar...

Entretanto, deve-se visar o interesse da comunidade e definir os preços a serem pagos pelos alimentos, tendo como premissa os preços de referência que servirão como base para que os produtos possam ter preço justo e equilibrado para ambos os lados, preços esses que podem ser pesquisados e coletados em mercados locais e feiras, devendo ser atualizados semestralmente para que acompanhem o mercado, o que resultará em um projeto de venda que precisa ser elaborado pelas associações, cooperativas e produtores rurais que devem formalizar um documento que apresente o interesse dos produtores rurais em vender seus produtos para a alimentação escolar, nesse documento o produtor vai apontar quais produtos e quantidades que disponibilizará no semestre vindouro para a alimentação escolar (Estender, 2022).

Quando se conecta os pequenos negócios e serviços à sociedade, melhora-se a renda da população, pois os envolvidos no processo da alimentação escolar, ou seja, os agricultores familiares produzindo os alimentos do cardápio das escolas; o governo, que por sua vez, oferece programas de alimentação escolar e encontra os produtos necessários no município, oferecendo apoio aos pequenos produtores que fazem a ponte entre a demanda e a oferta com negociação rápida e direta, gerando-se uma cadeia curta de fornecedores mais rápida e eficiente. A implantação das cadeias curtas de fornecimento e do comércio justo pode ser uma oportunidade estratégica para melhorar a rentabilidade dos produtores familiares com a comercialização direta dos produtos, Marsden et al. (2000) descreveram três tipos de cadeias curtas i) Venda direta do produtor para o consumidor; ii) Proximidade espacial: os produtos distribuídos na região específica de produção; iii) Espacialmente estendida: produtos carregados de valores socioculturais, são comercializados fora da região de produção. As cadeias curtas de fornecedores geram renda no local, pois os recursos financeiros permanecem na região, retornando para o município em forma de saúde, educação e benefícios sociais.

A implementação de um arranjo organizacional que seja estimulado pelas compras públicas, pela produção da agricultura familiar e pelas compras realizadas no comércio local, traz uma movimentação de atividades econômicas que gera empregos e aumenta a renda do cidadão, reduzindo a insegurança alimentar, ampliando a arrecadação municipal e possibilitando um maior retorno financeiro dos recursos empregados na alimentação escolar fornecida aos alunos das escolas públicas.

A criação de uma parceria entre os agentes econômicos que incentive o trabalho em rede como forma de fortalecer a gestão e promover intercâmbio no município, se faz necessária, uma vez que o trabalho conjunto das políticas sociais apresenta realidades e capacidades distintas, porém complementares e fundamentais para o crescimento da economia local por meio do fomento à agricultura familiar voltada à alimentação escolar (Taras, 2005).

Fomentar a agricultura familiar e conseqüentemente a economia significa, reconhecer uma possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada no mercado. Simboliza na prática, o ideal de transformação social do município, permitindo a multiplicação dessas experiências entre diversos membros de uma comunidade.

4 Resultado e discussão

O potencial da agricultura familiar para o desenvolvimento local ganha espaço no que tange ao fomento econômico e às políticas públicas de compras governamentais, que impactam de forma positiva o desenvolvimento econômico, abarcando os municípios que desenvolvem a cadeia curta de fornecimento e abastecimento, por meio das compras da alimentação escolar (Lima Filho, 2011). O desenvolvimento econômico acontece quando a economia local tem condições de realizar um sistema mais solidário que fomente a microeconomia do município, incentivando a relação entre a produção e os fornecedores locais.

O município de Itanhaém baseou-se, a princípio, em características alimentares locais e regionais que priorizavam a produção de bananas, posteriormente, a associação de produtores buscou diversificar os produtos e produtores, o que favoreceu o cultivo de diversos itens da alimentação escolar que são utilizados na merenda escolar. A partir dessa organização, houve um crescimento exponencial da produção e outros produtores iniciaram suas atividades com vistas ao fornecimento de alimentos para a merenda escolar. A participação de novos empreendedores na região também contribuiu para a geração de renda e do crescimento da produção de pequenos produtores, para isso foi importante que os agricultores se organizassem por meio das associações de agricultores locais.

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar...

A Segurança Alimentar Nutricional é um conceito utilizado, sobretudo quando se tem uma visão global do mundo e se percebe que há agrupamentos humanos em risco por questão alimentar. Tem-se, portanto, “segurança alimentar” quando todos têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às necessidades alimentares de uma vida ativa e saudável. O município reconhece a questão da segurança alimentar e vislumbra a oportunidade de trazer justiça social combinada com a vocação rural latente.

No caso em estudo, em 2009/2010 o município de Itanhaém respondeu a chamada pública atendendo rapidamente a nova legislação embalado pelo momento positivo da experiência de implantação do Banco de Alimentos (2007) e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos. A coincidência do Banco de Alimentos (BA) estar no mesmo organograma do Departamento de Alimentação Escolar, ambos ligados à Secretaria Municipal de Educação, proporcionou a articulação de uma rede sociotécnica benéfica ao PNAE e, sobretudo, ao grupo de agricultores que foram assistidos no campo e no planejamento estratégico que se iniciou na formalização e atualização documental.

O departamento de agricultura alinhou-se ao BA e foram decisivos para que nos anos seguintes o grupo produtivo mudasse da monocultura da banana para a produção de diversos outros alimentos, contribuindo para a revitalização de produtos da cultura local e da valorização da etnia Guarani, presente no município e legítima representante das comunidades tradicionais.

Nos quadros 1 e 2 a seguir, estão a representação das duas rotas montadas e organizadas por técnicos do BA e Departamento de Agricultura, que além de protagonizarem a articulação entre fornecedores e consumidores, colocaram-se como apoio por meio de sua boa condição estrutural, tornando-se, também o ponto de encontro na cidade, onde o controle de qualidade e demais necessidades, que o então desafio impunha, como espaço em câmaras frias e acondicionamento eram discutidos.

Dessa forma, por tratar-se de um município cortado por rodovia, costuma-se usar a referência “lado praia” e “lado morro”, toda a zona rural concentra-se no lado morro, mas as escolas estão no centro, nas praias e morro, assim para efeito de viabilizar a

entrega ponto a ponto conforme exigência expressa em chamada pública as rotas ficaram da seguinte forma: Lado Centro /Leste (Praia) Lado Centro Oeste (Morro).

Quadro 1 – Logística Centro /Oeste

ROTA CENTRO/OESTE					
Alimentação Escolar - Roteiro de Entrega					
	Unidade de Ensino	Banana nanica	Couve	Palmito Pupunha	Farinha Banana Verde
		Quantidade Unidade	Quantidade - kg	Quantidade - kg	Quantidade - kg
1	EMEF Noêmia Sales	300,00	5,14	12,85	0,00
2	Creche Neusa Pinto Fonseca	160,00	3,54	0,00	1,00

Fonte: Adaptado de AMIBRA – Itanhaém

Quadro 2 – Logística Centro /Leste

ROTA CENTRO/LESTE					
Alimentação Escolar - Roteiro de Entrega					
	Unidade de Ensino	Banana nanica	Couve	Palmito Pupunha	Farinha Banana Verde
		Quantidade Unidade	Quantidade - kg	Quantidade kg	Quantidade kg
1	EMEF Bernardino de Souza Pereira	260,00	4,42	11,05	0,00
2	Creche Felipe Lobo Garcia Mendes	120,00	3,02	0,00	1,00

Fonte: Adaptado de AMIBRA – Itanhaém

Em síntese, a logística do município de Itanhaém, no que se refere a alimentação escolar conta com cerca de 62 escolas incluindo 8 estaduais que anualmente são atendidas pela alimentação escolar municipal. Com a publicação da Resolução Nº 21, de 16 de novembro de 2021, que facilitou o chamamento público, o desenvolvimento rural caminhou mais rapidamente, trazendo qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar nutricional, consolidação da cadeia curta de produção em torno dos produtos locais e, sobretudo, visibilidade sociopolítica aos agricultores familiares.

Tal situação corrobora com Kessari et al. (2020), para os quais a consolidação das redes de abastecimento alternativas tem contribuído para o surgimento de novas formas de ação coletiva. Neste contexto, agricultores familiares se articulam em pequenas estruturas, criadas para viabilizar o comércio de produtos locais com motivações sociais de promover a transparência, a agricultura sustentável, a qualidade dos alimentos e a melhoria da geração de renda local.

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar...

Por conseguinte, uma rede alternativa alimentar é um conceito abrangente que visa cooptar circuitos novos e socialmente inovadores com produtores e consumidores em cadeias de abastecimento curtas. O valor do limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar foi fixado no patamar de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano/entidade executora.

Na tabela 2, foi apontado o que se produziu, em termos de valores, no ano anterior somado ao PAA:

Tabela 2. Geração de Renda – Agricultura Familiar

ANO	PNAE Renda/ano	PAA Renda/ano	Renda total /ano	Renda/mês
2008		4.500,00	4.500,00	375,00
2009		4.500,00	4.500,00	375,00
2010	9.000,00	4.500,00	13.500,00	1.125,00
2011	9.000,00	4.500,00	13.500,00	1.125,00
2012	20.000,00	4.500,00	24.500,00	2.041,66
2013	20.000,00	4.500,00	24.500,00	2.041,66
2014/2019	20.000,00	6.500,00	26.500,00	2.208,33
2021	40.000,00	12.000,00	52.000,00	4.333,33

Fonte: Elaborado pelos autores

Neste sentido, os investimentos em alimentação escolar devem constituir políticas de estado sólidas e perenes, visto que a importância da alimentação escolar transcende a mera ingestão de refeições, porque envolve temas fundamentais de saúde, de segurança alimentar, geração de renda, justiça social e educação.

Notadamente, uma das ações mais exitosas de todo o processo foi a inclusão do agricultor familiar indígena como beneficiário prioritário deste programa. Em articulação com a Coordenação Regional do Litoral Sul – FUNAI, o Banco de Alimentos que já havia incluído um produtor indígena no PAA, começou uma ação de extensão para o plantio de um protocolo que atendesse a qualidade nutricional na escola da aldeia e ao mesmo tempo fosse pertinente a cultura gastronômica da comunidade Guarani. O milho Guarani o “*avaxi ete'i*” que havia desaparecido há cerca de 30 anos do plantio do território indígena local foi trazido de volta.

Considera-se ainda, que a etnia Guarani entende que o alimento deve suprir o corpo e a alma, assim em 2017 sua semente foi resgatada e plantada seguindo os rituais dos guardiões. Foi possível inclui-lo na chamada pública para ser consumido apenas nas

escolas das aldeias em respeito ao seu caráter sagrado, porém esta iniciativa incentivou o cultivo de outros produtos como a banana, a batata doce e o palmito pupunha e esses podem ser adquiridos e entregues em toda a rede pública de ensino (Estender et al, 2021).

Figura 1: Agricultor e Produtos da alimentação escolar (AF) – fornecidos ao PNAE



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por um lado, a renda gerada pelo programa de alimentação escolar que paga de forma direta aos agricultores familiares até R\$ 40.000,00 por ano, por família de agricultor, movimenta a economia da cidade. Por outro lado, o crescimento da economia local somente acontece em um sistema solidário com a criação de alternativas de organização econômica, estabelecendo diferentes relações entre o capital e o trabalho. A sistematização da prática do beneficiamento dos produtos voltados para a alimentação escolar evita o desperdício e gera mais renda para o agricultor e, conseqüentemente, para o município.

Assim, quando se faz o beneficiamento desses produtos, expande-se a produção para a pequena agroindústria, como por exemplo: a produção artesanal de macarrão, conforme a demanda do produto para o mercado-destino e sua venda aos municípios participantes.

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar...

Para tanto, faz-se necessário aprimorar as qualificações do município referentes às compras públicas a fim de que criem mecanismos que equilibrem a demanda e a oferta em relação à alimentação escolar, promovendo um modelo de economia solidária baseado em três eixos: i) A conquista de uma alimentação adequada e saudável por meio da produção de alimentos *in natura*; ii) escolhas estratégicas que definam o que se vai produzir e comprar; iii) respeitar a cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais; iv) incentivar a produção de alimentos, beneficiamento, acesso e transporte, facilitando a logística para que haja mais agilidade e menos desperdício.

Portanto, a colaboração entre o poder público e os agricultores promove a segurança alimentar e a geração de renda, pois a cidade, até a presente data, tem cadastrados 64 agricultores que produzem para alimentação escolar. Os benefícios das refeições escolares variam de acordo com as necessidades econômicas da região, sendo que nas regiões mais ricas e desenvolvidas a alimentação escolar é uma fonte de refeição nutritiva que complementa a alimentação oferecida pela família, nas regiões e países mais pobres é um incentivo para enviar as crianças à escola e continuar sua educação, sendo, portanto, um fator relevante para garantir o acesso a pessoas com vulnerabilidade social, e à segurança alimentar, pois, garante que crianças vindas de famílias menos favorecidas possam receber alimentos nutritivos para o seu desenvolvimento em consonância com (Paiva, Freitas, Santos, 2012).

Assim, o trabalho em conjunto potencializa a composição do cardápio escolar que com informações sobre a produção local, quantidade dos produtos disponíveis e as especificidades da cultura alimentar e biodiversidade, auxilia na boa alimentação e valorização do pequeno produtor. Assim, atender os povos e comunidades tradicionais no âmbito local e entorno, e outras especificidades previstas na Resolução norteadora do PNAE, torna-se de fácil entendimento e execução conforme (Estender, Vendrametto, Melo, 2021; Carvalho et al, 2021).

Considerações finais

O objetivo deste artigo é avaliar como a alimentação escolar contribui com a economia local, agregando renda aos agricultores familiares e à comunidade, trazendo retornos sociais para o município. De acordo com a associação de agricultores, os

sistemas alimentares de produção e fornecimento local, operacionalizado por cadeias curtas, são instrumentos de geração de renda que promovem e reorganizam, os pequenos produtores para a melhoria da produção local de alimentos voltados para a alimentação escolar.

A produção local de alimentos tem conexão com a alimentação escolar, com a comunidade e com os programas de alimentação escolar. A alimentação escolar deve explorar o extraordinário potencial dos agricultores locais para obtenção de ganhos socioeconômicos, educacionais e de saúde pública, e o sucesso passa pela adequada gestão das compras públicas que permite a conexão “do campo ao prato”, de forma rápida e efetiva. Comunidades indígenas e quilombolas devem ser incluídas nos programas de alimentação escolar, aproveitando-se da vocação natural e da experiência dessas comunidades na agricultura de subsistência.

O fornecimento de alimentos para o PNAE, com o apoio da prefeitura, auxilia os agricultores locais por meio da compra direta, promovendo a melhoria de suas rendas que se tornam garantidas, por um determinado período de tempo, originando mudanças como: maior geração de empregos; aumento da parcela de recursos destinados à remuneração do trabalho e o aumento do movimento econômico em toda a região. Além disso, proporciona a reorganização do processo de geração de renda, aumentando a produção de alimentos, e incentivando o consumo de produtos mais frescos e saudáveis, desenvolvendo assim a agricultura familiar com vistas à melhoria da merenda escolar que é um dos pilares do PNAE, que eliminou o agente intermediário no município de Itanhaém, permitindo uma conexão direta entre o campo e a mesa o que gera uma renda mais justa para os agricultores, além do PNAE o PAA também é uma oportunidade para diversificação do mercado para a Agricultura Familiar (WFP, 2015).

Nesse sentido, a importância do apoio oficial da prefeitura de Itanhaém é fundamental, pois cria facilidades para o cadastramento do agricultor familiar e incentiva o cultivo de outras variedades de alimentos para a diversidade da produção que atende a alimentação escolar. A estruturação do Banco de Alimentos, para a aquisição dos produtos da agricultura familiar com os recursos do PNAE e do PAA, gera maior segurança e estabilidade a esses trabalhadores, pois a aquisição de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no município gera uma capilarização da renda no local e mobiliza uma maior quantidade de agricultores familiares o que ajuda a diversificar a produção de alimentos. Em Itanhaém propiciou o

Alimentação escolar como fomentadora da agricultura familiar...

recebimento de R\$2.805.138,00 do FNDE, dos quais R\$741.816,00 foram destinados à agricultura familiar, sendo que os investimentos totais para a alimentação escolar foram de R\$12.153.947,00. Em suma o PNAE, cria oportunidades de melhorias, no campo da alimentação escolar servida nas escolas, que agregam benefícios ao município trazendo o retorno de investimentos empregados para o atendimento desse serviço, dentre elas destaca-se a integração da cadeia curta de produção e fornecimento, o incentivo a compras públicas locais e o resgate da cultura alimentar, sendo assim, a demanda para atender a alimentação escolar deve ser realizada no próprio município. Em vista disso, o Banco de Alimentos é uma alternativa viável para a reestruturação das cadeias curtas de produção e fornecimento, garantindo a geração de renda, além de favorecer o desenvolvimento econômico da comunidade local.

Nessa perspectiva, pode-se constatar que conhecer a realidade da produção rural local e o planejamento estratégico intersetorial, pode incentivar e produzir mudanças a curto prazo no êxito da operacionalização das compras públicas no próprio município. Isso resulta em estímulos a economia local, à geração de emprego e renda, reorganizando toda a cadeia produtiva local. Situação está que pode ser apurada durante a pesquisa que a prefeitura de Itanhaém construiu redes de cooperação técnicas intersetoriais e institucionais, além de interações sociais de acordo com os contextos locais que particularizam a implementação dessa política pública.

Os dados revelaram uma faceta pouco discutida e investigada sobre o PNAE, que é sua dimensão social no apoio de agricultura familiar de Itanhaém-SP. Na medida em que os agricultores familiares, passam a fornecer para o programa de alimentação escolar obtendo segurança financeira e melhoria na qualidade de vida e todos podem se beneficiar do programa, seja recebendo alimento, distribuição de renda já que parte da renda obtida com a produção da alimentação escolar no local fica no próprio município, desenvolvendo a cidadania, melhorando a saúde da população, diminuindo a evasão escolar e fomentando a economia local.

Por fim, com base nesse estudo, sugere-se a criação da oferta de cursos de formação continuada para os envolvidos na alimentação escolar, a fim de que tenham conhecimento de suas atribuições e competências, pois só a qualificação viabilizará um trabalho efetivo. Sugere-se também a criação de uma rede de contato e diálogo por meio de um aplicativo entre o produtor que oferta o alimento e o gestor que elabora o cardápio, estabelecendo uma relação comprometida na construção sólida de parceria

entre os agentes econômicos, pois a alimentação escolar tem como propósito buscar soluções e desenvolver ações na esfera social, econômica e ambiental, resolvendo impasses comuns e permitindo ganhos políticos, ambientais e econômicos.

Referências

BRASIL (2009). L11947. URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm.

BAGDONIS, J.M. Perceptions and organization of emerging farm-to-school programming in rural and urban Pennsylvania settings. Unpublished M.S. Thesis. Pennsylvania State University, University Park, PA. 2007.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. de Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Revista IPEA**. PPP, 33 eds., p.103-122 jul/dez, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171>.

CARVALHO, G. C. G., MORAIS, I. B. DE A., OLIVEIRA, G. A. L. de, Vendrametto, O. Family farming and school feeding: reflections of the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, v.10, n. 4, 2021. e13910413911. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13911>.

ESTENDER, A. C. Fortalecimento da Microeconomia por meio da Alimentação Escolar.2022. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Paulista, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/198/92319/ANTONIO-CARLOS-ESTENDER.pdf>

ESTENDER, A. C.; VENDRAMETTO, O.; MELO, L. Strengthening the local economy through school meals. **Research, Society and Development**, S. 1., v. 10, n. 15, p. e270101522863, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22863. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22863>. Acesso em: 7 mar. 2022.

FNDE, A. d. C. S. d. Sobre o Pnae – Portal do FNDE, 2017. URL:<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>.

GLEWWE, P. The impact of child health and nutrition one education in developing countries: Theory, econometric issues, and recent empirical evidence. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 26, n. 2, p. 235-250, 2005.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Trust and interfirm relations in developing and transition economies. **Journal of Development Studies**, vol. 34, n. 4, p. 32-61, 2008.

KESSARI, M., C. JOLY, A. JAOUEN; JAECK, M. Alternative food networks: good practices for sustainable performance. **Journal of Marketing Management** v. 36, n. 15-16 p. 1417–1446, 2020.

LIMA FILHO, S. C. de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste** – REN, Natal, RN, v. 42, n.1, 2011.

LOPES, S. R. S.; DINIZ, P. R. Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar / Programa Nacional de Alimentação Escolar. Technical Report Ministério da Educação/Fundo Nacional para o Desenvolvimento Escolar Brasília, 2018. URL: [ile:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20R%20Maiellaro/Downloads/Boas%20Prcticas%20de%20Oagricultura%20familiar%20para%20a%20alimentao%20escolar%20DIGITAL.pdf](file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20R%20Maiellaro/Downloads/Boas%20Prcticas%20de%20Oagricultura%20familiar%20para%20a%20alimentao%20escolar%20DIGITAL.pdf).

MARSDEN, T.; MORAGUES-FAUS, A.; SONNINO, R. Reproducing vulnerabilities in agri-food systems: Tracing the links between governance, financialization, and vulnerability in Europe post 2007–2008. **Agrarian Change**, [S. l.], p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joac.12267>.

PAIVA, J. B. DE, FREITAS, M. DO C. S. DE E SANTOS, L. A. da S. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. **Rev. Nutr.** 2012 Disponível em: <Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000200002>>. Acesso em: fev. 2021.

POLLITT, E., GERSOVITZ, M., GARGIULO, M.: Educational benefits of the United States school feeding program: a critical review of the literature. **American Journal of Public Health (AJPH)** 68(5), 477–481, 2017 <http://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.68.5.477>.

SOUZA, E.O; SANTOS, R.C., MACHADO, S.T. Programa Nacional de Alimentação Escolar e os Gargalos Logísticos: estudo de caso da região do alto tietê – São Paulo. In: Vendrametto, O. (Org.). **Alimentação escolar: vamos colocar os pratos à mesa - uma obrigação do estado, um dever da sociedade**. São Paulo: Blucher, 2022.

TARAS, M. Assessment–summative and formative–some theoretical reflections. **British journal of educational studies**, v. 53, n. 4, p. 466-478, 2005.

TRICHES, RM, SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.** V.19, n. 4, p. 933-45, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WFP, W.F.P.: **The state of school feeding**, <https://www.wfp.org/content/state-school-feeding-worldwide-2015>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

ⁱ Agradecimento: Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Ensino Superior (CAPES) – Código Financeiro 001.